

Direito do Trabalho

Professor: Aline Leporaci

Licença Maternidade. Afastamento Previdenciário

Resumo

Licença Maternidade

A licença maternidade é garantida no art. 392 da CLT:

Art. 392. A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

A regra é que o prazo seja de 120 dias, podendo ser estendido para 180 dias nas hipóteses legais (programa Empresa Legal ou Empresa Cidadã).

Com exceção da trabalhadora avulsa e da empregada doméstica, durante o período de licença maternidade, as empregadas recebem integralmente seu salário por parte do empregador (os valores pagos pelo empregador são integralmente deduzidos do montante dos valores previdenciários que a empresa tem que repassar ao INSS mensalmente).

Uma vez que há pagamento de salário por parte do empregador, a licença maternidade é hipótese de **interrupção contratual**. Haverá contagem do tempo de serviço para todos e fins e recolhimento do FGTS.

Afastamento Previdenciário

Em caso de afastamento por doença a partir do 16º dia e recebimento do auxílio doença previdenciário (Cód. 31), não há dúvida de que se trata de suspensão do contrato de trabalho. Nessa hipótese, a doença não tem qualquer nexo de causalidade com o emprego ou função.

Contudo, em caso de acidente de trabalho ou doença profissional, o INSS enquadrará o benefício com auxílio doença acidentário (Cód. 91). O empregado terá a garantia de retorno ao emprego, nos termos do art. 118 da Lei 8.213/91:

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Durante o recebimento do auxílio acidente, o contrato de trabalho estará suspenso. No entanto, não se trata de suspensão típica, uma vez que é devido pelo empregador o recolhimento do FGTS, conforme §5º do art. 15 da Lei 8.036/90:

§ 5º O depósito de que trata o caput deste artigo é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho.